O Suplemento de Rendimento Garantido (GIS) quando o cônjuge vai para cuidados de longa duração: ser avaliado como pessoa sozinha

Quando cônjuges ou companheiros em união de facto vivem separados por razões alheias à sua vontade, por exemplo porque um deles foi para cuidados de longa duração, a Service Canada pode calcular o Suplemento de Rendimento Garantido (Guaranteed Income Supplement, GIS) como se cada pessoa estivesse sozinha. A taxa de pessoa sozinha é mais alta do que a taxa de casal. O pedido é feito com o formulário ISP-3040, enviado pelo correio para um escritório da Service Canada.

Última verificação: 2026-10-30. Ler online:
https://oasguide.ca/pt/library/gis-when-a-spouse-moves-to-care

Os casais que vivem separados por razões alheias à sua vontade podem ser avaliados como pessoas sozinhas

A Service Canada pode calcular o Suplemento de Rendimento Garantido (Guaranteed Income Supplement, GIS) como se cada cônjuge estivesse sozinho quando um casal vive separado por razões alheias à sua vontade. A sua página do GIS dá como exemplo os cuidados de longa duração de um ou dos dois cônjuges, e diz que o resultado pode ser um pagamento mais alto.[1] A página do Subsídio (Allowance), uma prestação relacionada para algumas pessoas com 60 a 64 anos, diz o mesmo.[2] Para o Subsídio, a base legal é o n.º 19(8) da Lei. Permite que o Ministro calcule o rendimento conjunto do casal sem o rendimento do pensionista quando os dois vivem separados por razões que não são imputáveis a nenhum deles.[3] O ministério tem chamado a esta situação separação involuntária (involuntary separation). Uma decisão de um tribunal de 2017 observou que a própria lei não usa essa expressão.[4]

A regra vem do artigo 15 da Lei da Segurança da Velhice (OAS)

A alínea 15(3)(b) da Lei da Segurança da Velhice (Old Age Security Act) permite que o Ministro determine que um pedido do GIS seja tratado como se a pessoa não tivesse cônjuge nem companheiro em união de facto.[3] O Ministro tem de estar convencido de que, por circunstâncias alheias à vontade de qualquer um dos dois, o casal não vivia junto numa casa mantida por qualquer um deles. A Lei permite que o Ministro faça qualquer investigação que considere necessária antes de decidir.[3]

O mesmo artigo tem uma regra separada para os casais que se separam no sentido habitual. Segundo o n.º 15(4.1), uma separação que dure pelo menos três meses seguidos, sem contar o mês em que começou, faz com que a pessoa seja tratada como já não tendo cônjuge.[3] A ida para cuidados de longa duração é diferente, porque o casamento continua. A decisão de 2017 disse isto diretamente. Uma determinação ao abrigo da alínea 15(3)(b) muda a forma como o GIS é calculado, mas não considera o casal separado.[4]

A taxa de pessoa sozinha é mais alta porque a taxa de casal é fixada mais baixa para cada cônjuge

O GIS é pago com taxas diferentes conforme a pessoa tenha ou não cônjuge, e conforme esse cônjuge receba ou não também a pensão da Segurança da Velhice (Old Age Security, OAS). De outubro a dezembro de 2026, uma pessoa sozinha pode receber até $1,138.90 por mês. Uma pessoa cujo cônjuge recebe a pensão completa da OAS pode receber até $685.56.[5]

Os limites de rendimento diferem da mesma forma. Uma pessoa sozinha, divorciada ou viúva tem direito com um rendimento inferior a $23,112. Um casal em que os dois recebem a OAS tem direito com um rendimento conjunto inferior a $30,528.[65] Estes limites não incluem a pensão da OAS nem a parte isenta dos rendimentos do trabalho.[5] Quando uma pessoa passa a ser tratada como sozinha, aplica-se a linha da tabela para pessoas sozinhas, que olha para o rendimento de uma

só pessoa em vez do rendimento conjunto do casal.[6]

As contas seguintes são uma ilustração, não uma estimativa para nenhum agregado familiar. Dois cônjuges que recebem os dois a taxa máxima de casal recebem, juntos, $1,371.12 por mês de GIS. Duas pessoas com a taxa máxima de pessoa sozinha receberiam $2,277.80. Os pagamentos reais são mais baixos para quem tem outros rendimentos, porque o GIS desce quando o rendimento sobe. Os valores mudam de três em três meses, em janeiro, abril, julho e outubro.[6]

A Service Canada pede uma declaração assinada no formulário ISP-3040

O formulário chama-se Declaração: cônjuges ou companheiros em união de facto que vivem separados por razões alheias à sua vontade (Statement: Spouses or Common-law Partners Living Apart for Reasons beyond their Control), ISP-3040. As páginas do GIS e do Subsídio da Service Canada dizem que é impresso, preenchido e enviado pelo correio para o escritório da Service Canada mais próximo.[12] O formulário diz que o GIS e o Subsídio podem ser calculados com base no rendimento individual, se isso for vantajoso para o casal. Pode ser assinado por um ou pelos dois cônjuges ou companheiros.[7] Para a Colúmbia Britânica e o Yukon, o formulário indica o endereço Service Canada, PO Box 1177 Station CSC, Victoria BC V8W 2V2.[7] Nenhuma das páginas indica documentos comprovativos. Saber se uma mudança concreta cumpre o critério é uma decisão da Service Canada, tomada com base nos factos de cada processo.

As outras mudanças seguem os canais habituais. A página do GIS pede aos beneficiários que comuniquem mudanças de dados de contacto, de rendimento e de estado civil, e diz que isso ajuda a evitar pagamentos falhados, pagamentos em excesso e pagamentos a menos.[1]

Um processo no tribunal mostra até onde vai a determinação

No caso de 2017, o ministério pagou o GIS de um dos cônjuges à taxa de pessoa sozinha a partir do mês seguinte àquele em que o casal começou a viver separado.[4] O outro cônjuge recebia o Subsídio em vez do GIS. O tribunal concluiu que este cônjuge continuava a ter cônjuge para efeitos do Subsídio. Disse que uma separação física causada inteiramente pelas necessidades médicas de um dos cônjuges não era o tipo de separação que a regra do Subsídio tem em vista.[4] Essa conclusão resolveu um processo e não é uma decisão sobre nenhum outro.

Quem não concorda com uma decisão sobre o GIS pode pedir à Service Canada que a volte a analisar. O pedido é feito no prazo de 90 dias a contar da receção da carta de decisão, com o Pedido de Revisão de uma Decisão da Segurança da Velhice (Request for Reconsideration of an Old Age Security decision), ISP-3134.[8] A página sobre a revisão inclui o GIS entre as prestações abrangidas por este processo.[8]

A declaração descreve o agregado familiar num determinado momento

Uma determinação ao abrigo da alínea 15(3)(b) está ligada ao pedido relativo a um período de pagamento, e aos factos que o Ministro aceitou.[3] Os agregados familiares mudam depois da ida para cuidados de longa duração. Um cônjuge pode voltar para casa, ou o cônjuge que está nos cuidados pode morrer. A página do GIS da Service Canada pede que a informem o mais depressa possível quando alguém morre, para evitar um pagamento em excesso.[1]

A Agência de Receitas do Canadá (Canada Revenue Agency, CRA) usa a sua própria regra para os impostos e as prestações. O seu guia RC4210 diz que uma pessoa continua a ser considerada como tendo cônjuge ou companheiro em união de facto se estiver separada involuntariamente. Dá as razões de saúde como um dos exemplos.[9] Por isso, a ida para cuidados de longa duração por razões de saúde não faz com que o casal fique separado para efeitos da CRA.

Notas

1. Government of Canada, “Guaranteed Income Supplement: Receiving your benefit”, page modified 2026-10-21. https://www.canada.ca/en/services/benefits/publicpensions/old-age-security/guaranteed-income-supplement/while-receiving.html (consultado em 2026-10-30)

2. Government of Canada, “Allowance: Receiving your benefit”, page modified 2026-05-26. https://www.canada.ca/en/services/benefits/publicpensions/old-age-security/guaranteed-income-supplement/allowance/while-receiving.html (consultado em 2026-10-10)

3. Ver os n.ºs 15(3) e 15(4.1). A nota marginal do n.º 15(3) refere-se aos cônjuges ou companheiros em união de facto que vivem separados. Justice Laws Website (Government of Canada), “Old Age Security Act (R.S.C., 1985, c. O-9), sections 15 and 19”, current to 2026-09-30, last amended on 2025-10-01. https://laws-lois.justice.gc.ca/eng/acts/O-9/FullText.html (consultado em 2026-10-30)

4. A decisão analisa a alínea 15(3)(b) da Lei da Segurança da Velhice (Old Age Security Act) e o n.º 19(1), a disposição sobre o Subsídio. Social Security Tribunal of Canada, General Division, Income Security Section, “S. A. v. Minister of Employment and Social Development, 2017 SSTGDIS 4”, 2017-01-06. https://decisions.sst-tss.gc.ca/sst-tss/oas-sv/en/505186/1/document.do (consultado em 2026-10-10)

5. Government of Canada (Employment and Social Development Canada), “Maximum Benefit Amounts and Related Figures: CPP (2026) and OAS (October to December 2026)”, page modified 2026-09-29. https://www.canada.ca/en/employment-social-development/programs/pensions/pension/statistics/2026-quarterly-october-december.html (consultado em 2026-10-10)

6. Government of Canada, “Guaranteed Income Supplement: How much you could receive”, page modified 2026-09-29. https://www.canada.ca/en/services/benefits/publicpensions/old-age-security/guaranteed-income-supplement/benefit-amount.html (consultado em 2026-10-10)

7. Service Canada, “Statement: Spouses or Common-law Partners Living Apart for Reasons beyond their Control (ISP-3040)”, form date 2017-01-05. https://catalogue.servicecanada.gc.ca/apps/EForms/pdf/en/ISP-3040.pdf (consultado em 2026-10-30)

8. Government of Canada, “Request a reconsideration: Old Age Security pension and benefits”, page modified 2026-08-03. https://www.canada.ca/en/services/benefits/publicpensions/old-age-security/request-reconsideration.html (consultado em 2026-10-10)

9. Canada Revenue Agency, “RC4210, Canada Groceries and Essentials Benefit”, Rev. 26, page modified 2026-07-02. https://www.canada.ca/en/revenue-agency/services/forms-publications/publications/rc4210/canada-groceries-essentials-benefit.html (consultado em 2026-10-30)

O OAS Guides é um serviço de informação independente. Não fazemos parte do Governo do Canadá nem da Service Canada, nem temos qualquer ligação a estas entidades. Este

artigo é informação geral, não aconselhamento jurídico nem financeiro. Não podemos garantir qualquer resultado de um pedido ou de um recurso. Os valores das prestações mudam, normalmente, de três em três meses; este artigo indica a data em que o verificámos pela última vez.